

COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanco Patrimonial – Conjunto Hospitalar de Sorocaba - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP.

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP									
CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba									
CNPJ nº 61.687.356/0043-99									
Demonstrações Financeiras									
Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2023 a 31/12/2023									
Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					Saldo de Caixa em 31/12/2022				
Ativo	Nota	2023	2022		Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos				
Circulante					Valores				
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.857.584	2.303.286		Data prevista para o repasse	previstos R\$	Documento de crédito nº	Notas de empenho nº	Valores repassados R\$
Estoques	4	4.933.362	4.766.279		06/01/2023	15.637.507,00	2023OB01069	2023NE00075	15.637.507,00
Adiantamentos		259.869	212.246		07/02/2023	15.637.507,00	2023OB13710	2023NE00197	15.637.507,00
Despesas antecipadas		102.060	103.356		07/03/2023	15.637.507,00	2023OB18133	2023NE00368	15.637.507,00
Total do ativo circulante		11.152.875	7.385.167		10/04/2023	15.637.507,00	2023OB27221	2023NE00368	15.637.507,00
Não circulante					08/05/2023	15.637.507,00	2023OB40477	2023NE00368	15.637.507,00
Depósitos judiciais	8.3	24.777	-		07/06/2023	15.637.507,00	2023OB53219	2023NE00368	15.637.507,00
Total do realizável a longo prazo		24.777	-		07/06/2023	342.745,22	2023OB53317	2023NE00491	342.745,22
Total do ativo não circulante		24.777	-		07/07/2023	15.637.507,00	2023OB66290	2023NE00368	15.637.507,00
Total do ativo		11.177.652	7.385.167		07/07/2023	342.745,22	2023OB66341	2023NE00491	342.745,22
Passivo					07/08/2023	15.637.507,00	2023OB77366	2023NE00368	15.637.507,00
Circulante					07/08/2023	342.745,22	2023OB77416	2023NE00491	342.745,22
Fornecedores	5	15.241.186	14.819.636		08/09/2023	17.578.277,44	2023OB92416	2023NE00612	17.578.277,44
Contas a pagar	5	10.796.000	-		08/09/2023	591.135,17	2023OB23036	2023NE00684	591.135,17
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	8.923.002	7.740.344		06/10/2023	17.578.277,44	2023OBA0816	2023NE00612	17.578.277,44
Subvenção governamental para investimentos	7.1	2.735.108	4.015.567		06/10/2023	262.231,75	2023OB26901	2023NE00757	262.231,75
Total do passivo circulante		37.695.296	26.575.547		08/11/2023	17.578.277,44	2023OBB4091	2023NE00612	17.578.277,44
Não circulante					08/11/2023	175.670,32	2023OB28946	2023NE00908	175.670,32
Provisão para contingências	8	115.963	-		07/12/2023	17.578.277,44	2023OBC7069	2023NE01010	17.578.277,44
Total do passivo não circulante		115.963	-		07/12/2023	362.941,71	2023OB32056	2023NE01155	362.941,71
Total do passivo		37.811.259	26.575.547		07/12/2023	5.914.604,00	2023OB34608	2023NE01284	5.914.604,00
Patrimônio líquido					07/12/2023	250.000,00	2023OBD8919	2023NE01277	250.000,00
Patrimônio social		(19.190.380)	(15.743.046)		07/12/2023	1.324.100,00	2023OBD8911	2023NE01271	1.324.100,00
(Déficit) do exercício		(7.443.227)	(3.447.334)		Subtotal				
Total do patrimônio líquido		(26.633.607)	(19.190.380)		Receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos				
Total do passivo e patrimônio líquido					Outras receitas				
		11.177.652	7.385.167		Recursos próprios aplicados pela organização social				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Total das receitas				
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					Total das despesas no exercício de 2023				
	Nota	2023	2022		Recurso público não aplicado				
Receitas operacionais					Valor devolvido ao contratante				
Receitas de serviços prestados	9	203.190.408	180.114.673		Valor autorizado para aplicação no exercício seguinte				
Custos de serviços prestados	10	(189.258.031)	(165.153.481)		Relatório Execução Técnica - Contratado x Realizado - Período 01/01/2023 a 31/12/2023				
Resultado bruto		13.932.377	14.961.192		Hospitalar				
Despesas operacionais					Unidades de Internação - Saídas				
Administrativas e gerais	10	(22.582.860)	(19.953.292)		1º semestre		2º semestre		
Demais despesas operacionais	10	(121.806)	(1.737)		Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(8.772.289)	(4.993.837)		1.980	2.014	1.980	2.062	
Resultado financeiro, líquido					900	1.207	900	1.089	
Receitas financeiras	11	1.334.854	1.552.280		850	853	1.200	1.126	
Despesas financeiras	11	(5.792)	(5.777)		180	204	180	194	
(Déficit) do exercício		(7.443.227)	(3.447.334)		3.910	4.278	4.260	4.471	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica				
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					1º semestre		2º semestre		
	2023	2022			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			1.260	1.552	1.260	1.578	
Resultados abrangentes	-	-			2.184	1.980	2.184	2.030	
Resultado abrangente total do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			3.444	3.532	3.444	3.608	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Cirurgia Hospital-Dia - Cirurgia Ambulatorial				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					1º semestre		2º semestre		
	2023	2022			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			558	482	558	514	
Resultados abrangentes	-	-			1.200	1.581	1.200	1.348	
Resultado abrangente total do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			1.758	2.063	1.758	1.862	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Urgência/Emergência				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					1º semestre		2º semestre		
	2023	2022			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			17.820	12.839	17.820	13.915	
Resultados abrangentes	-	-			Ambulatorial				
Resultado abrangente total do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			Consultas Médicas				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					1º semestre		2º semestre		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
	2023	2022			8.280	6.592	8.280	6.468	
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			7.500	5.775	7.500	5.106	
Resultados abrangentes	-	-			42.000	44.363	42.000	41.482	
Resultado abrangente total do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			57.780	56.730	57.780	53.056	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					Consultas Não Médicas				
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					1º semestre		2º semestre		
	2023	2022			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			600	331	600	357	
Resultados abrangentes	-	-			9.600	18.809	9.600	15.336	
Resultado abrangente total do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			10.200	11.053	10.200	10.481	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					6.000	2.841	6.000	2.454	
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)					26.400	33.034	26.400	28.628	
	2023	2022			SADT Externo				
(Déficit) do exercício	(7.443.227)	(3.447.334)			1º semestre		2º semestre		
Provisão para contingências	121.506	1.737			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
(Aumento) Redução nos ativos em:					1.080	1.060	1.080	1.079	
Estoques	(167.083)	(897.991)			60	63	60	39	
Adiantamentos	(47.623)	(36.421)			60	41	60	43	
Despesas antecipadas	1.296	(5.540)			-	-	-	15	
Depósitos judiciais	(24.777)	-			1.200	1.164	1.200	1.176	
Aumento (Redução) nos passivos em:					Tratamentos Clínicos - Acompanhamento				
Fornecedores	421.550	2.657.743			1º semestre		2º semestre		
Contas a pagar	10.796.000	-			Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.182.658	1.259.331			9.600	7.675	9.600	7.195	
Contingências pagas	(5.543)	(1.737)			9.600	7.675	9.600	7.195	
Fluxo de caixa proveniente utilizado nas atividades operacionais	4.834.757	(470.212)			7.200	10.113	7.200	9.366	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					6.000	4.660	6.000	4.828	
Subvenção governamental para investimentos	(1.280.459)	866.212			Total - Quimioterapia + Hormonioterapia	13.200	14.773	13.200	14.194
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	(1.280.459)	866.212			Tratamento em Oncologia - Fornecimento QT	1.440	792	1.440	554
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	3.554.298	396.000			Tratamento em Oncologia - Fornecimento HT	144	-	144	-
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					Tratamento em Nefrologia Diálise Peritoneal (pacientes)	-	59	-	49
No início do exercício	2.303.286	1.907.286			Total QT + HT	1.584	851	1.584	603
No final do exercício	5.857.584	2.303.286			Tratamento em Nefrologia - Sessão de Diálise	15.000	14.260	15.000	14.409
	3.554.298	396.000			Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					1. Contexto operacional: O Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP ("Entidade"), fundado em 20 de março de 1964, é pessoa jurídica de direito privado, constituído sob a forma de associação, filantrópica e sem finalidade de lucros, destinado a prestar assistência social, promoção e prevenção à saúde, educação e demais atividades afins à população. Foi declarado de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 63.204 de 03 de setembro de 1968 revogado pelo Decreto de 27 de maio de 1992, Lei Estadual nº 22 de 25 de setembro de 1972 e Decreto nº 9.526 de 18 de junho de 1971, alterado pelo Decreto nº 49.794, de 21 de julho de 2008. É portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - conforme Portaria nº 714, de 03 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 2022, que defere a renovação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 28/12/2023 foi protocolado o requerimento de renovação, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021 de 17/12/2021, ao estabelecer que "a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do				
Relatório de Execução - Período 01/01/2023 a 31/12/2023					Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2018.				
Nº de leitos (média/mês)		400			2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração da				
Nº de leitos de hospital-dia		3							
Taxa de ocupação (média/mês)		84,87%							
Permanência média		7,70							
Nº de saídas hospitalares		15.889							
Nº de saídas hospital-dia		996							
Nº de consultas ambulatoriais		171.448							
Nº de partos realizados		1.615							
Nº de atendimentos na urgência		26.754							
Nº de exames realizados									
Endoscopia		2.340							
Nº de sessões de fisioterapia		1.549							
Nº de sessões de hemodiálise		28.669							
Tratamentos clínicos e acompanhamentos									
Tratamento onco - Radioterapia		14.870							
Tratamento onco - Quimioterapia		19.479							
Tratamento onco - Hormonioterapia		9.488							
Tratamento em onco - Fornecimento QT		1.346							
Tratamento nefro - Sessão de diálise		28.669							
Tratamento nefro - Diálise peritoneal (pacientes)		108							

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba

CNPJ nº 61.687.356/0043-99

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)

provisão para contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

b. Estoques:

Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado:

Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do hospital, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam a incorporação dos mesmos a Administração Pública.

d. Obrigações trabalhistas e tributárias:

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

e. Subvenções governamentais:

Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta “Receitas com Contratos de Gestão” no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações.

f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Provisões:

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:

A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de hospitais, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que o valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades.

i. Receitas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

j. Apuração do resultado:

As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os valores previstos nos contratos celebrados com o poder público.

k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:

As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (“Valor Justo por meio do Resultado”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Custo amortizado:

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de

juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

(iv) Desreconhecimento:

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação:

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos:

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

(vii) Redução ao valor recuperável (impairment):

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros.

Estrutura do gerenciamento de risco:

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

2023

2022

Bancos conta movimento

3.752

5.594

Aplicações financeiras

5.853.832

2.297.692

Total

5.857.584

2.303.286

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2023 o rendimento aproximado foi 98% do CDI, (que era 101% do CDI em 2022), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando a continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição

2023

2022

Fundo de investimento de renda fixa

5.853.832

2.297.692

O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição).

4. Estoques:

O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos hospitalares. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que possuem alta demanda.

Descrição

2023

2022

Estoque de medicamentos e insumos hospitalares

4.933.362

4.766.279

Total

4.933.362

4.766.279

5. Fornecedores e contas a pagar

Fornecedores representados principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos hospitalares, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição

2023

2022

Fornecedores

15.241.186

14.819.636

Total

15.241.186

14.819.636

Contas a pagar representada pela transferência de recurso financeiro do HGIS contrato nº 2021/33125 para o CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba, visando cumprir com suas obrigações nos pagamentos da folha salarial e prestação de serviços.

Descrição

2023

2022

Contas a pagar

10.796.000

-

Total

10.796.000

-

6. Obrigações trabalhistas e tributárias

2023

2022

Obrigações trabalhistas

Provisões para férias e encargos

6.532.329

5.668.840

FGTS a recolher

600.571

531.423

INSS retido na fonte a recolher

430.529

392.319

Salários a pagar

498.732

408.051

Contribuição sindical e assistencial

4.990

1.460

Total

8.067.151

7.002.093

Obrigações tributárias

IRRF retido na fonte

631.317

159.158

PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte

222.992

198.321

ISS a recolher

1.542

20.772

Total

855.851

738.251

Total das obrigações trabalhistas e tributárias

8.923.002

7.740.344

7. Subvenção governamental para investimento: 7.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos:

A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos imobilizados, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.

CHS

2023

2022

Total

2.735.108

4.015.567

2.735.108

4.015.567

7.2. Subvenção governamental aplicada em investimentos:

Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:

CHS

2023

2022

Total

2.735.108

4.015.567

2.735.108

4.015.567

Imobilizado

2023

2022

6.442.687

5.970.421

6.442.687

5.970.421

CHS

Imobilizado

2023

2022

Total

6.442.687

5.970.421

6.442.687

5.970.421

Subvenção governamental para investimentos aplicados

6.442.687

5.970.421

8. Provisão para contingências trabalhistas e cíveis:

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista e cível em discussão. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Entidade não possuía registros e valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais.

Trabalhistas

2023

2022

Total

115.963

-

115.963

-

8.1. Provisões para contingências trabalhistas:

As provisões para contingências trabalhistas caracterizam-se por processos movidos pelos ex-colaboradores, nos quais reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

8.2. Provisões para contingências cíveis:

As provisões para riscos relacionados a processos cíveis decorrentes de questionamentos de responsabilidade civil e danos morais.

8.3. Movimentação das contingências e depósitos judiciais:

Abaixo as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 das contas contábeis relacionadas a provisões para contingências:

Provisões das contingências

Trabalhistas

Cíveis

Total

Saldo em 1º de janeiro de 2022

-

-

-

Reversão de provisão

-

-

-

Contingências pagas

-

-

-

Complemento de provisão

-

-

-

Saldo em 31 de dezembro de 2022

-

-

-

Reversão de provisão

-

-

-

Contingências pagas

(5.200)

(343)

(5.543)

Complemento de provisão

121.163

343

121.506

Saldo em 31 de dezembro de 2023

115.963

-

115.963

Seguem as movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 das contas contábeis relacionada a depósitos judiciais:

Depósitos judiciais

Trabalhistas

Total

Saldo em 1º de janeiro de 2022

-

-

(+) Adições

-

-

(-) Reversão

-

-

Saldo em 31 de dezembro de 2022

-

-

(+) Adições

25.077

25.077

(-) Reversão

(300)

(300)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

24.777

24.777

A Entidade possui processos trabalhistas e cíveis em discussão, classificadas por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 5.137.105 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.818.653 em 2022), os quais não foram constituídas provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. Receitas operacionais líquidas

2023

2022

Contrato de gestão - OSS (a)

202.356.005

179.015.602

Outras receitas (b)

834.403

1.099.071

Total

203.190.408

180.114.673

(a) Contrato de gestão - OSS:

A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de hospitais de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado; e

(b) Outras receitas:

Locação de espaço, campo de aprendizagem e demais receitas previstas em estatuto.

10. Custos de serviços prestados e despesas operacionais

2023

2022

Pessoal, benefícios e encargos

(76.032.723)

(64.774.091)

Serviços de terceiros

(65.987.534)

(57.556.422)

Materiais e medicamentos

(62.366.546)

(56.163.195)

Administrativas e gerais

(7.454.088)

(6.613.065)

Demais despesas operacionais

(121.806)

(1.737)

Total

(211.962.697)

(185.108.510)

Classificados como:

Custos de serviços prestados

(189.258.031)

(165.153.481)

Despesas operacionais

Administrativas e gerais

(22.582.860)

(19.953.292)

Demais despesas operacionais

(121.806)

(1.737)

Total

(22.704.666)

(19.955.029)

(211.962.697)

(185.108.510)

11. Resultado financeiro, líquido:

Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguem:

Receitas financeiras

2023

2022

Rendimentos aplicações

1.334.854

1.552.280

Total

1.334.854

1.552.280

Despesas financeiras

2023

2022

Despesas financeiras

(5.792)

(5.777)

Total

(5.792)

(5.777)

Total receita financeira líquida

1.329.062

1.546.503

12. Instrumentos financeiros:

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

Nota

2023

2022

Caixa e equivalentes de caixa

3

5.857.584

2.303.286

Total

5.857.584

2.303.286

• Caixa e equivalentes

- A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

b. Risco de liquidez:

Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

Vencimentos - 2023

Nota

Valor contábil

Até 1 ano

Fornecedores

5

15.241.186

15.241.186

Vencimentos - 2022

Nota

Valor contábil

Até 1 ano

Fornecedores

5

14.819.636

14.819.636



...continuação																							
Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP																							
CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba																							
CNPJ nº 61.687.356/0043-99																							
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em Reais)																							
c. Risco de mercado e taxa de juros: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). d. Política de gestão de capital: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. e. Hierarquia do valor justo: A Entidade classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O resumo da classificação é como segue: Hierarquia de valor justo: A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias: <table><tr><td>Ativos</td><td>Classificação</td><td>2023</td><td>2022</td></tr><tr><td>Caixa e equivalente de caixa</td><td>Custo amortizado</td><td>5.857.584</td><td>2.303.286</td></tr><tr><td>Total ativo</td><td></td><td>5.857.584</td><td>2.303.286</td></tr><tr><td>Passivos</td><td>Classificação</td><td>2023</td><td>2022</td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td>Custo amortizado</td><td>(15.241.186)</td><td>(14.819.636)</td></tr></table> Instrumentos financeiros líquidos (9.383.602)(12.516.350) 13. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27, letra “c” da Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022: • IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; • CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; • Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; • INSS - Contribuição Previdenciária Cota Patronal; e • PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento). 13.1. IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido): Em virtude de ser uma entidade filantrópica e sem fins lucrativos, esta goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 181 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018 e artigo nº 150, inciso VI, alínea C, da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 5.172/66 Código Nacional Tributário - CTN artigos 9º e 14º. 13.2. Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social): A Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001, em seu artigo nº 14, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da Cofins as receitas relativas às atividades próprias a que se refere o artigo nº 12 da Lei nº 9.532 de 1997; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da Entidade e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à Cofins as receitas que não apresentam essas características. A administração da Entidade entende que todas as suas receitas, incluindo as outras receitas operacionais e as receitas financeiras, decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não estão sujeitas à referida contribuição.13.3. INSS - Contribuição Previdenciária - Imunidade das contribuições sociais: A Entidade é imune de Contribuições para a Seguridade Social com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.13.4. PIS - Programa de Integração Social (sobre folha de pagamento): A Entidade é imune ao pagamento da contribuição para PIS calculada sobre a folha de pagamento com base nos artigos nº 150, VI, C e 195, da Constituição Federal de 1988 e os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021, que revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. 14. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS: Em 27 de novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 12.101/09, que altera a Lei nº 8.742/93, revoga dispositivos das Leis nºs 8.212/91, 9.429/96, 9.732/98, 10.684/03 e medida provisória nº 2.187-13 de 24 de agosto de 2001; e que foi revogado pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e que foi regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. As alterações promovidas visam, principalmente, o processo e regulamentação da certificação das entidades beneficentes e a imunidade de contribuições para a seguridade social concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de saúde, assistência social e educação. Com o advento da nova legislação, os processos da entidade foram direcionados para o Ministério da Saúde. A Portaria nº 714, de 3 de outubro de 2022, defere a renovação do CEBAS do Seconci. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu parágrafo 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo. Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde. Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e considerando o Parecer Técnico nº 348/2022-CGCER/DCEBS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º Fica deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 05/10/2022 com validade de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. A entidade protocolou em 28/12/2023, tempestivamente, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.193406/2023-52, o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no parágrafo 2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que “a certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”. A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada “Lei da Filantropia”, e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde. 15. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. 16. Seguros: A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2023, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • Multirrisco: Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoraonamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes; • Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores: Responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; • Responsabilidade Civil Geral: Tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade; e • Veículos: Cobertura para roubo e furto qualificado, avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes.				Ativos	Classificação	2023	2022	Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	5.857.584	2.303.286	Total ativo		5.857.584	2.303.286	Passivos	Classificação	2023	2022	Fornecedores	Custo amortizado	(15.241.186)	(14.819.636)
Ativos	Classificação	2023	2022																				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	5.857.584	2.303.286																				
Total ativo		5.857.584	2.303.286																				
Passivos	Classificação	2023	2022																				
Fornecedores	Custo amortizado	(15.241.186)	(14.819.636)																				
Diretoria																							
Maristela Alves Lima Honda																							
Conselheira Presidente																							
Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4																							

